

# André Gustavo

## A Constituinte e o risco do vácuo

A história política brasileira está demonstrando no dia-a-dia da discussão sobre a organização da Constituinte que a teoria do acordo das elites ainda é a mais válida para quem desejar entender todo o processo partidário nacional. Figura no discurso oficial de oposição a idéia de que ruptura do regime somente se completaria com a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana e autônoma. E agora?

Do ponto de vista estritamente partidário, o Deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP) cometeu um relatório censurado publicamente pelos seus pares. Segundo depoimentos diversos, aquele parlamentar havia se comprometido em um sentido e relatou em outra direção. O Congresso Nacional, que ultimamente anda em grande evidência, demonstrou — ou está por demonstrar — a sua face intolérante. O relator será publicamente desautorizado e possivelmente ingressará em outra legenda partidária.

Assim, a história breve desta emenda constitucional estabelecendo as normas e a estruturação da Constituinte acaba no Congresso Nacional. O PMDB impõe sua decisão e o assunto rapidamente deixa de ter a dimensão que neste momento possui. Um outro relator modificará o curso do entendimento atual e recolocará o assunto na medida apropriada, segundo a versão oficial.

Esse grande acordo que lentamente vai-se impondo por sobre a sociedade é substancialmente diferente daquilo que mereceu o aplauso e a emoção ao longo da campanha eleitoral no ano passado. Mas, é, também, curioso, que diversos organismos tenham estruturado suas comissões para debater a Constituinte: a Ordem dos Advogados, que tem postulação semelhante ao do relator Bierrembach, organizou-se em todo o país. O Executivo tem a sua comissão, o Congresso tem outra e o Ministro Marco Maciel, da Educação, organiza uma supercomissão — em todo o país — para debater o assunto visto sob o ângulo educacional.

Estudantes se organizaram, advogados, especialistas em diversos setores — enfim, a sociedade organizou-se para debater o futuro político do Brasil por intermédio da Constituinte. Há, inclusive, debates, específicos, como a previdência na futura Constituinte. Tudo isso já escapuliu ao controle do Congresso Nacional e começa a ganhar vida própria, característica pessoal ou de grupo e a caminhar por suas definições.

A idéia de participar da criação de um novo país, sob o ponto de vista institucional, está, portanto, disseminada por toda a sociedade — como de resto ensinou a campanha em favor das diretas. A difícil convivência entre essa tese aberta, democrática e que permite a convivência entre os contrários conflita com o interesse imediato de controlar a Assembléia. Controlar a Constituinte significa controlar o futuro político do país, impedir a descoberta do novo e retardar ainda um pouco mais a transição.

Há algum tempo, alguns parlamentares queixavam-se de que as instituições civis, como Ordem dos Advogados do Brasil ou Associação Brasileira de Imprensa continuavam a exercer um papel importante na formulação política do país. O exemplo da Constituinte ratifica essa preocupação e demonstra que o canal partidário é menor que os anseios sociais. A miscelânea em que se constitui o grupo de apoio ao presidente da República — um grupo interpartidário — revela a outra face deste mesmo problema.

E agora é o Ministro Marco Maciel que vem a público falar de sua preocupação com a Constituinte. Ele receia o tumulto e o caos institucional por causa de uma indefinição quanto à condução da Constituinte. O Ministro Aureliano Chaves, também, está cheio de receios quanto ao futuro imediato do país. Enfim, as incógnitas começam a ser maiores dos que as certezas e os políticos, ao que parece, estão perto de perceber que Constituinte é algo além de um simples acordo de lideranças.

A transição política no Brasil está longe de ser completa — a última barreira e também a definitiva — é precisamente a da Constituinte. A falta de uma administração competente e adequada a um assunto desta magnitude é o caldo de cultura ideal para que a crise seja uma constante no Brasil. Aliás, é bom lembrar que os partidos políticos não fizeram um acordo prévio para a transição, estão se esfacelando na eleição para prefeito de capitais e custam a se entender quanto ao encaminhar do processo constituinte. Ortega y Gasset lembra que a natureza política tem horror ao vácuo. Havendo a inexistência de um grupo político prevalente, a força tende a ser o viés dominante.